

ASPECTOS GERAIS

RECEITA PÚBLICA:

- **Lato Sensu:** Toda entrada de recursos, incorporando-se ou não ao patrimônio e independentemente de haver contrapartida no passivo.
Ex.: Receitas tributárias, operações de crédito, caução,...
- **Stricto Sensu:** Toda entrada de recursos, que **incorpora-se** ao patrimônio público **sem** compromisso de **devolução** posterior.
Ex.: Receitas tributárias, alienação de bens,...

RECEITA PÚBLICA

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À FORMA DE INGRESSO:

ORÇAMENTÁRIA:

- Transitam pelo patrimônio público.
- Todas as receitas arrecadadas (inclusive por operações de crédito)
- Ainda que não previstas no orçamento!
→ **Exceto as extraorçamentárias!**

ENTRAORÇAMENTÁRIA:

- Não integram o patrimônio público.
(Tem caráter temporário)
- São **passivos exigíveis** do ente
→ Seu pagamento não está sujeito a autorização legislativa



- Operação de crédito
= Receita orçamentária
- Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária
= Receita extraorçamentária

Exemplos: depósitos em caução, emissão de moedas diversas,...

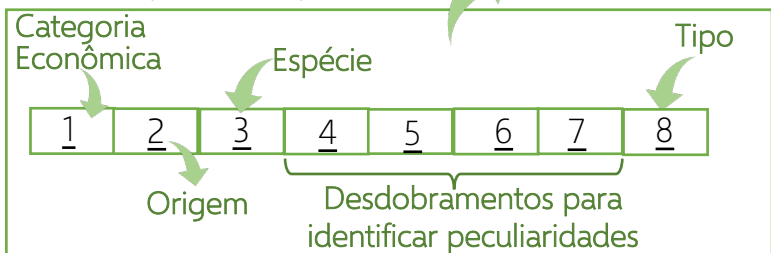
CLASSIFICAÇÕES DOUTRINÁRIAS

- Quanto à **afetação patrimonial**:
 - Efetivas → Aumentam o patrimônio líquido sem contrapartida no passivo.
Ex.: Receitas correntes
(Salvo recebimento da dívida ativa)
 - Não efetivas → Entradas/alterações compensatórias.
Ex.: Receitas de capital
(Salvo recebimento de transferências de capital)
- Quanto à **regularidade/periodicidade**:
 - Ordinárias → Ingressos permanentes e estáveis (Ex.: IPTU, IPVA, IR,...)
 - Extraordinárias → Ingressos eventuais e imprevisíveis
(Ex.: Repatriação, indenizações,...)
- Quanto à **coercitividade/procedência**:
 - Originárias → Provêm do patrimônio do próprio Estado
 - Derivadas → Obtidas pelo Estado via sua autoridade coercitiva.
(Ex.: tributos e multas)

CODIFICAÇÃO

- Código de 8 dígitos.

Para lembrar:
C.O.E.D.T.



1º DÍGITO: CATEGORIA ECONÔMICA (C.E)

1. Receitas correntes:

- Tributárias/de contribuições
- Patrimoniais
- Agropecuárias, industriais, de serviços
- Transferências correntes
- Outras

2. Receitas de capital

- Da realização de recursos oriundos da constituição de dívidas
- Da conversão em espécies de bens/direitos
- Transferências de capital
- Superávit do orçamento corrente
(= do balanceamento dos totais de receitas e despesas correntes)

7. Receitas correntes Intraorçamentárias

8. Receitas de capital Intraorçamentárias

Resultantes de operações entre órgãos/entidades da administração integrantes dos orçamentos {Fiscal e da seguridade social

2º DÍGITO: ORIGEM

- Subdivisão da C.E. para identificar a origem da receita no momento de ingresso no patrimônio público. (= fato gerador)

Receitas correntes:

- Impostos, taxas e contribuições de melhoria
- Contribuições
- Receita patrimonial → Exploração do patrimônio da entidade.
Ex.: Aluguéis, concessões, permissões, juros, dividendos, participações, royalties,...
- Receita agropecuária
- Receita Industrial
- Receita de Serviços → Inclusive o recebimento de juros de empréstimos concedidos (= remuneração do capital)
- Transferências correntes
- Outras receitas correntes

Receitas de capital

- Operações de crédito → Colocação de títulos e contratação de empréstimos e financiamentos.
- Alienação de bens
- Amortização de empréstimos
= recebimentos de empréstimos concedidos (retorno de recursos))
- Transferências de capital
- Outras receitas de capital

receita
pública
= NATUREZA =

3ª DÍGITO: ESPÉCIE

- Detalhe mais o fato gerador (origem)

Exemplos: Contribuições
(Origem)

- Contribuições sociais
- Contribuições econômicas
- Contribuições para entidades privadas de serviço social e formação profissional.

(Espécies)

8ª DÍGITO: TIPO

- Identifica o tipo de **arrecadação**.
- Tipo 0: Natureza não valorizável
- Tipo 1: Principal
- Tipo 2: Multas e juros de mora da receita
- Tipo 3: Dívida ativa
- Tipo 4: Multas e juros de mora da dívida ativa
- Tipo 5: Multa da receita principal quando a legislação diferenciar a destinação da multa da dos juros (não se aplica o Tipo 2)
- Tipo 6: Juros da receita principal quando a legislação diferenciar a destinação da multa da dos juros (não se aplica o Tipo 2)
- Tipo 7: Multa da dívida ativa quando a legislação diferenciar a destinação da multa da dos juros (não se aplica o Tipo 2)
- Tipo 8: Juros da dívida ativa quando a legislação diferenciar a destinação da multa da dos juros (não se aplica o Tipo 2)
- Tipo 9: Desdobramento a ser criado pela S.O.F.

receita
pública
= NATUREZA =

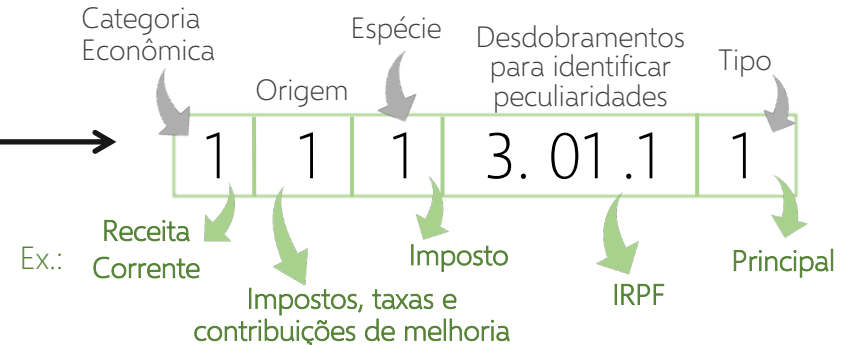
4ª AO 7º DÍGITOS: DESDOBRAMENTOS PARA IDENTIFICAR PECULIARIDADES

- É uma classificação **facultativa**, conforme a necessidade de especificação do recurso.

Ex.: 4º dígito = 8

Receitas exclusivas de Estados e municípios

EXEMPLO DE ESTRUTURA COMPLETA



CODIFICAÇÃO

- Indica a **destinação** dos recursos arrecadados. (= como serão financiadas as despesas)

- Classificação de $\left\{ \begin{array}{l} \text{Receitas e} \\ \text{Despesas} \end{array} \right.$

- Código de 3 dígitos

Grupo de fontes



Especificações das fontes

- O controle por fontes deve ser feito da elaboração à execução do orçamento.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

(Recurso → Aplicação)

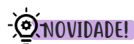
- Destinação **vinculada** → para o atendimento de finalidades específicas estabelecidas pela norma.
- Destinação **Ordinária** → Livre alocação entre a origem e aplicação de recursos, para atender quaisquer finalidades.

Possibilita o atendimento de disposições da L.R.F.

receita
pública
= FONTES =

1º DÍGITO: GRUPO DE FONTES DE RECURSOS

- Recursos arrecadados no **exercício corrente**
- Recursos arrecadados em **exercícios anteriores**
- Recursos de operações de crédito ressaltadas pela lei de crédito adicional da regra de ouro
- Recursos **condicionados**
= Incluídos na previsão da receita orçamentária, mas dependem da aprovação de alterações legislativas para integralização dos recursos.



CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR: (até 2021)

- Recursos do tesouro - Exercício Corrente
 - Recursos de outras fontes - Exercício Corrente
 - Recursos do tesouro - Exercícios Anteriores
 - Recursos de outras fontes - Exercícios Anteriores
 - Recursos condicionados
- Recursos do tesouro → Geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo.
 - Recursos de outras fontes → Arrecadados e controlados de forma descentralizada.
↳ de responsabilidade dos respectivos órgãos e entidades

receita pública = CLASSIFICAÇÕES =

POR IDENTIFICAÇÃO DE RESULTADO PRIMÁRIO

- A receita pode ser:
 - **Primária (P):**
 - Seu valor é incluído na apuração do resultado primário
 - **Ex.:** Receitas de tributos, contribuições, patrimoniais, agropecuárias, indústrias e de serviços
 - Não primária ou **financeira (F):**
 - Seu valor **não** é incluído
 - Não alteram o endividamento líquido do Governo no exercício correspondente

↙
Surgiram com a adoção pelo Brasil da metodologia do F.M.I. de cálculo do resultado primário.

LISTA DE CLASSIFICAÇÕES DA RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

- Por natureza da receita
- Por fontes (ou por destinação de recursos)
- Por identificação de resultado primário
- Por esfera orçamentária
(Classificação também da despesa)